

A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$2,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO V | Nº 16 | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil, Mar/Abr/Mai de 2026

Conjuntura

AÇÃO DIRETA INDÍGENA

MOSTRA O CAMINHO



Antônio Galego

A ocupação da Cargill em Santarém (PA) pelos povos indígenas durou 35 dias, se fortalecendo e se radicalizando a cada dia. A ação direta exigia a revogação do Decreto 12.600/25 que privatizava os rios Madeira, Tapajós e Tocantins. A luta se tornou o centro da conjuntura brasileira, colocando em xeque não apenas o programa burguês-imperialista em execução pelo governo Lula-Alckmin, mas também a farsa sobre a “eficácia” do caminho eleitoral-institucional e toda a retórica imobilista sobre a “falta de condições” para fazer a luta e conquistar vitórias para o povo.

Depois de tentar desmobilizar e derrotar a ocupação de diversas formas, o governo Lula cedeu à pressão e, no dia 23 de fevereiro, revogou o decreto que ele mesmo criou. Com a vitória da ocupação, os indígenas mostraram na prática um outro caminho de luta, já esquecido

por alguns, ocultado por tantos outros: que a ação direta das massas populares é a mãe de todas as vitórias e o verdadeiro caminho de libertação, não as eleições burguesas.

A resistência indígena atingiu o âmago da crise brasileira: o imperialismo, o modelo agro-exportador, as privatizações, o sistema político apodrecido, as eleições de outubro, os projetos da esquerda e da direita. Partindo de uma reivindicação material e um método combativo de luta, atingiu o coração da besta.

Recentemente presenciamos uma série de debates e protestos no Brasil contra o imperialismo ianque na América Latina. A luta anti-imperialista aparecia aí como gesto simbólico de apoio a alguma realidade distante. Não negamos esses protestos. Mas as multinacionais imperialistas também estão no nosso país, roubando nossas terras, nossas águas e a explorando o nosso povo.

A Cargill e toda cadeia produtiva do agro-negócio e da mineração é um grande exemplo disso. Mas também as multinacionais de entregas (Ifood, 99, Uber, etc.), e as grandes empresas que tem invadido o ramo logístico e de transportadoras como a Amazon, Total Express, Loggi, Mercado Livre, etc. Nesses e outros setores estratégicos da economia o projeto do governo Lula é de favorecimento dos ricos e bilionários em detrimento dos trabalhadores. É um projeto integrado de ataque aos direitos do povo, profundamente subordinado aos interesses imperialistas. Não é um “desvio” do projeto petista, é a sua expressão coerente. Administrar a dependência, não enfrentá-la.

Visto dessa forma, a ocupação na Cargill e as retomadas indígenas, os breques de apps e a greve nos Correios, para ficar nos exemplos citados, são lutas profundamente interligadas.

Continua na
próxima pág.



Trincheiras conectadas. Elas enfrentam os interesses da burguesia imperialista, apoiados pelo governo Lula. Mas não enfrentam com “notas de repúdio”, e sim com ação direta. A vitória dessas lutas representam golpes reais na estratégia imperialista no Brasil e na América Latina.

Porém, nesses contextos, os mesmos setores da esquerda lulista que bradam simbolicamente “contra o imperialismo”, agiram e agem como verdadeiros lacaios do mesmo. Sabotam, isolam e desmobilizam as lutas populares reais. Negam qualquer enfrentamento afim de preservar seus interesses eleitoreiros. É o que fazem PT, PCdoB, PSOL, CUT, CTB e UNE. É o que fez o ministro Guilherme Boulos (PSOL) com a ocupação da Cargill, com a luta dos entregadores (defendendo a PLP 152) e com a Favela do Moinho em São Paulo. Boulos é o exemplo mais acabado do projeto de “renovação da esquerda”, um projeto falido se for pelo mesmo caminho do oportunismo eleitoral do PT.

Mas nem todos os setores em luta estão no mesmo patamar de consciência e organização. Alguns foram derrotados. O movimento sindical, por exemplo, padece do câncer da burocratização e do peleguismo. É por isso que a vitória indígena, mais do que gerar uma admiração platônica, traz lições importantes para toda a classe trabalhadora: 1º) É uma luta material, de sobrevivência, com ganhos e perdas muito concretas para os envolvidos; 2º) Não conciliou com o inimigo, não aceitou migalhas ou enrolação, ao contrário, aprofundou e expandiu a radicalização; 3º) Manteve a independência frente ao governo e seus títeres (Boulos, Sônia Guajajara, líderes governistas e empresariais, etc.), sem se importar com cálculos eleitorais; 4º) Preservou e expandiu a unidade na luta, pela base, característica exemplar dos povos indígenas, mas que também já foi a marca de outros modelos de sindicalismo classista e organização popular.

Os lulistas tentaram extrair algum saldo eleitoral (a única coisa que se importam) com mentiras sobre o “papel do governo” na revogação do decreto (sic!). Nós devemos combater essa falsificação e propagar as verdadeiras lições da vitória indígena e de tantas lutas em curso, partes interligadas de um mesmo conflito estrutural que só tende a aumentar entre a Ofensiva Imperialista e a Resistência Popular.

O caminho da ação direta veio a tona mais uma vez, como um fantasma que ronda o Brasil, amedrontando os poderes dominantes e eletrizando as massas populares. É o caminho da vitória e da esperança verdadeira. É o caminho da tão almejada “consciência de classe”. Porque a luta é a maior escola do povo. Pela ação, os indígenas do Tapajós aprenderam e ensinaram mais do que mil panfletos e discursos. É a matéria prima básica para forjar uma nova política revolucionária e reorganizar as massas populares em nosso país. ■

Movimento sindical-popular

6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas:

Por uma Central para a ação direta e independente da farsa eleitoral

■ Antônio Galego

O 6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, de 18 à 21 de abril, será um importante marco na organização dos lutadores e organizações de base do movimento sindical e popular de Norte à Sul do país, dos mais diversos movimentos e categorias, que travaram importantes lutas no último período.

Para nós, a principal missão histórica da CSP-Conlutas, e, portanto, desse Congresso, é **contribuir com a reorganização da luta dos trabalhadores**, processo que já está em curso e não se restringe à CSP-Conlutas, rompendo com a tradição lulista e oportunista que hoje domina as principais centrais sindicais, movimento sociais e estudantis, apontando um horizonte de reorganização baseado na **independência de classe**, na **ação direta** e na **auto-organização das massas**. Mas esse processo não estará isento de contradições e disputas. Tampouco tal reorganização resolveria todos os dilemas da luta de classes. Sendo assim, quais os desafios do 6º Congresso para avançar nessa missão?

Primeiramente, independência da farsa eleitoral. O congresso se realizará seis meses antes das eleições no Brasil, e, apesar da nula expressividade eleitoral dos partidos hegemônicos na central (PSTU e pequenas correntes do PSOL), a tendência é o atrelamento da central à “candidaturas de esquerda”. No pior cenário anunciar o “voto crítico” na frente ampla de Lula. Isso é um grave erro. É natural que existam partidos dentro das entidades sindicais e populares, mas nós defendemos a independência radical dessas entidades frente ao processo eleitoral burguês, como uma extensão e aplicação do princípio da independência de classe. A reedição da estratégia eleitoreira do PT sob a ilusão de “renovação da esquerda” só prolongará a crise da classe trabalhadora.

Segundo, ir ao povo. Relacionado à questão anterior, ao invés de olhar para cima, a nossa Central deve olhar para baixo, ir ao povo brasileiro, aos setores mais empobrecidos e estratégicos da nossa classe. O bom e velho trabalho de base. Os recursos e a energia militante da nossa Central devem estar direcionados prioritariamente para essas lutas: de trabalhadores precarizados urbanos, movimento camponês, indígena, etc. São as lutas mais avançadas em nosso país, não por conhecimento livresco mas por condições materiais de vida, que as impulsionam ao enfrentamento com o Estado e Capital. Não deve haver qualquer restrição à participação de movimentos populares na CSP-Conlutas.



Terceiro, rejeição do disputismo e hegemonismo na organização interna. A tradição da maioria das correntes da central, crenças na centralidade da “crise de direção”, na mudança por cima, reproduzem práticas muito ruins, autoriárias e sectárias. Como diz o jargão “querem entrar no céu a força”. Ansiosos em mandar e se autoconstruir, sabotam a si mesmas e ao projeto comum. Não negamos a disputa política, mas elas devem estar pautadas na luta concreta das massas, não nas degladiações e autoafirmações doutrinárias entre correntes trotskistas.

Por fim, o Grupo Libertação Popular (GLP) tem buscado contribuir humildemente com a construção de uma CSP-Conlutas como pólo de unidade anti-governista. Lançamos em novembro de 2025 o **Comunicado nº6 “A CSP-Conlutas e a reorganização da classe trabalhadora”**, convocando a articulação de organizações e lutadores do povo em torno de concepções comuns. Não focado no disputismo interno, mas numa rede de apoio e campanhas comuns. Estaremos presentes no 6º Congresso da CSP-Conlutas, aprofundando os laços com camaradas e movimentos. Entre em contato conosco! ■

LIÇÕES DAS GREVES NA PETROBRAS E CORREIOS

Jiren D.

Em dezembro de 2025, a luta de classes no Brasil foi marcada por duas greves nacionais de grande importância: a greve dos petroleiros, iniciada no dia 15 de dezembro, e a decisão dos trabalhadores dos Correios de cruzar os braços a partir do dia 16, posteriormente adiada pelas direções sindicais. Essas mobilizações expressaram a insatisfação acumulada de duas categorias estratégicas da economia e da logística de um país dependente e de dimensões continentais. Ao ameaçarem a circulação de combustíveis, energia e mercadorias às vésperas do Natal e do Ano Novo, as greves demonstraram, ainda que de forma parcial, a enorme força social da classe trabalhadora quando atua coletivamente.

A greve dos petroleiros começou com forte adesão em diversas bases e, já nos primeiros dias, enfrentou repressão policial, judicialização e tentativas de intimidação por parte do Estado e da empresa. Nos Correios, apesar da clara disposição de luta expressa nas assembleias, o movimento foi contido desde o início pelas burocracias sindicais da FENTECT e da FINDECT, que adiaram a deflagração da greve atendendo a um pedido direto do governo Lula, apostando mais uma vez em mesas de “negociação” sem resultados concretos. Esse processo revelou um padrão já conhecido: enquanto os trabalhadores chegam ao limite da

indignação, as direções sindicais majoritárias atuam para conter, fragmentar e desmobilizar a luta.

As greves explodiram após meses de enrolação, nos quais Petrobras, Correios e governo mantiveram propostas rebaixadas, negando a reposição integral das perdas salariais e aprofundando a precarização das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, as direções ligadas à CUT — como a FUP no caso dos petroleiros — e ao PT alimentaram ilusões no governo, apostando na conciliação e não preparando seriamente as bases para um enfrentamento prolongado. Quando a greve se impôs pela pressão direta da base, essas mesmas direções atuaram como freio, revelando seu papel de sustentação da governabilidade burguesa e dos interesses patronais.

A ausência de uma **massificação mais ampla** e de uma **maior nacionalização efetiva das greves**, somada à falta de avanço na unificação entre os movimentos, foi um dos principais limites do processo. Isso ocorreu apesar das tentativas de setores da CSP-Conlutas como o MPR (Movimento por um Partido Revolucionário), que defenderam a construção de uma luta unificada. Petroleiros e trabalhadores dos Correios enfrentam um inimigo comum: um governo comprometido com



o ajuste fiscal, com a lógica do lucro e com a precarização dos serviços públicos. A inexistência de um comando nacional unificado, com poder real às bases e ações coordenadas, facilitou o isolamento das lutas e abriu espaço para derrotas parciais.

Ainda assim, as greves deixaram lições fundamentais. Demonstraram que não há saída para os trabalhadores dentro das ilusões no governo Lula nem sob a tutela das burocracias sindicais. Evidenciaram também que a defesa das estatais não pode se limitar à oposição à privatização, devendo avançar para um programa que coloque a Petrobras e os Correios a serviço do povo trabalhador, sob controle direto dos trabalhadores. Apoiar a massificação das greves, impulsionar sua nacionalização, fortalecer a unidade classista rumo a uma greve geral e aprofundar o trabalho de base em setores estratégicos são tarefas centrais dos setores revolucionários. Nesse sentido, a construção de um bloco classista no interior da CSP-Conlutas — a única central que teve uma posição mais consequente de apoio às greves — aparece como um caminho necessário para o avanço da luta popular. ■

Notas da luta de classes

Entregadores fazem greve em Goiânia e vão à luta no Brasil contra o PLP 152

Nos dias 6, 7 e 8 de fevereiro, em Goiânia, os entregadores de aplicativos construíram uma importante greve contra a superexploração imposta por plataformas como iFood e 99, multinacionais bilionárias que acumulam lucros obscenos enquanto jogam sobre os trabalhadores todos os riscos, custos e violências do trabalho nas ruas. As reivindicações do movimento foram: Fim do Mais Entregas; Fim do agendamento abusivo; Taxa mínima de R\$ 10,00 por entrega; Respeito e valorização.

A luta em Goiânia se somou à revolta crescente em todo o país contra o PLP 152/25, apresentado em conluio entre o governo Lula e as empresas com o fim de legalizar a exploração dos entregadores. O ministro Guilherme Boulos (PSOL) é peça chave no conflito e é acusado de “traidor” pelos entregadores.

Avante a luta dos entregadores, chega de eleitores e oportunistas!



Luta por moradia no Sol Nascente (DF): famílias se organizam para demandar o fornecimento de água na Chácara das Bananeiras

Em julho de 2025 moradores da comunidade Chácara das Bananeira, segmento da quadra 115 do Sol Nascente, viram a comunidade e arredores serem ameaçados por derrubadas realizadas pelo Governo do Distrito Federal, na defesa da terra para a implantação de novos prédios de construtoras.

Amenizadas as ameaças, a comunidade enfrenta outros desafios como a falta de abastecimento de água, saneamento básico e o calçamento de ruas. Uma ação de solidariedade com a comunidade foi prestada pelo Coletivo de Apoio aos Movimentos Populares do GLP no início de janeiro para debater sobre quais caminhos possíveis para a organização comunitária na demanda de suas necessidades.

Um abaixo-assinado foi sugerido pelos moradores, que ativamente aderiram a ação. O objetivo é apresentar aos órgãos competentes - a Administração Regional do Sol Nascente e a Companhia de Abastecimento - o documento cobrando medidas para o favorecimento da região.

A ação inicial junto à comunidade faz parte dos esforços para o fortalecimento de organizações comunitária e movimentos populares na busca pela reorganização das camadas populares. Para as periferias de todo o país e para os trabalhadores, o caminho da coletividade é de extrema importância para a defesa e conquista dos direitos básicos e contra os ataques da burguesia política que comandam os mecanismos que mantêm as desigualdades e privilégios que atingem o nosso povo. ■

A rendição do chavismo como reflexo da crise nas esquerdas



■ J. C. Ramos

As esquerdas da América Latina iniciaram 2026 escancarando o esgotamento histórico das estratégias reformistas diante da reconfiguração agressiva do imperialismo estadunidense. O caso venezuelano não representa uma exceção trágica, mas a forma mais acabada de uma derrota administrada a longo prazo, onde um governo que dispunha de aparato militar significativo — 123 mil militares ativos, navios, tanques e caças, além de milícias populares organizadas com cerca de 200 mil membros — e de uma base social mobilizável optou conscientemente pela inércia militar e pela capitulação política negociada.

A retomada das relações diplomáticas entre Caracas e Washington, imediatamente acompanhada da entrega de dezenas de milhões de barris de petróleo, da presença de delegações norte-americanas em território venezuelano e de uma reforma legislativa apressada para adequar o ordenamento jurídico às demandas neoliberais, materializa uma subordinação total — uma subordinação não observada sequer em contextos de extrema assimetria militar, como a resistência palestina diante da máquina de guerra israelense ou a precária guerrilha afegã que derrotou a besta imperialista chamada Estados Unidos. Na

Venezuela, não se tratou de uma derrota militar, mas do último ato de uma derrota política que vem se arrastando.

Essa capitulação não decorre de um suposto “realismo” diante da correlação de forças, mas de uma opção política consciente pela não resistência, que teve como consequência imediata a contenção das massas. O chavismo, longe de ser um bloco homogêneo, passou a operar como mediador legítimo de uma transição tutelada através da maioria de seus dirigentes, canalizando a energia popular não para a resistência à intervenção imperialista, mas para a manutenção da governabilidade necessária à pilhagem imperialista dos recursos estratégicos do país. Dessa forma, partido, aparato estatal e base social subordinada converteram-se em instrumentos de estabilização da nova ordem imperial, assegurando que a derrota se desse sob a aparência de uma transição forçada, porém rigidamente controlada pelo chavismo no plano institucional, controle este que não existe.

Nesse processo, a chamada “solidariedade latino-americana”, promovida por governos progressistas como os de Lula e Gustavo Petro, revelou-se inteiramente funcional à capitulação. Longe de romper relações diplomáticas, impor sanções

regionais ou criar mecanismos alternativos para o escoamento do petróleo venezuelano, esses governos atuaram como agentes de mediação da rendição, pressionando Caracas por concessões políticas apressadas. Trata-se de uma solidariedade performática, moldada pelo calendário eleitoral, pelo temor de sanções econômicas e pela submissão estrutural à democracia burguesa — especialmente em um ano marcado por cinco processos eleitorais, entre eles os do Brasil e da Colômbia.

No plano internacional, a crise venezuelana também desmonta a ilusão de que alianças com potências como Rússia e China possam substituir a mobilização direta das massas. O silêncio e a inércia dessas potências, mesmo após a assinatura de amplos acordos econômicos e estratégicos com Caracas, em 2025, revelam a existência de um pacto tácito entre imperialismos, baseado na divisão de zonas de influência e na gestão negociada de conflitos globais. A Venezuela foi sacrificada nesse tabuleiro como preço de compensações geopolíticas, na Ucrânia e Taiwan, evidenciando que não há saída anti-imperialista possível por meio da diplomacia entre Estados capitalistas.

Por sua vez, a ofensiva estadunidense não expressa força ilimitada, mas uma tentativa de reorganização da hegemonia em meio ao declínio relativo do império. Os limites militares, econômicos e políticos dos Estados Unidos — marcados pelo desgaste das guerras no Oriente Médio, pela crise fiscal e pela oposição interna a novas ocupações — explicam a preferência por intervenções “perto de casa”.

Diante desse cenário, a primeira lição de 2026 é inequívoca: sem um projeto que não se submeta ao conceito clássico de revolução social — isto é, o fim da propriedade privada, a tomada dos meios de produção e a extinção das antigas classes dirigentes — estará condenado a repetir o destino do chavismo: não apenas como vítima trágica, ou pior, como gestor consciente de sua própria derrota e da derrota de seu povo. Sem isso, administração do Estado, mesmo sob governos de esquerda, converte-se inevitavelmente na administração da queda — Venezuela e a Bolívia são exemplos disso. ■

Acordo Mercosul-UE fortalece o agronegócio e aprofunda a dependência

■ *Aurora*

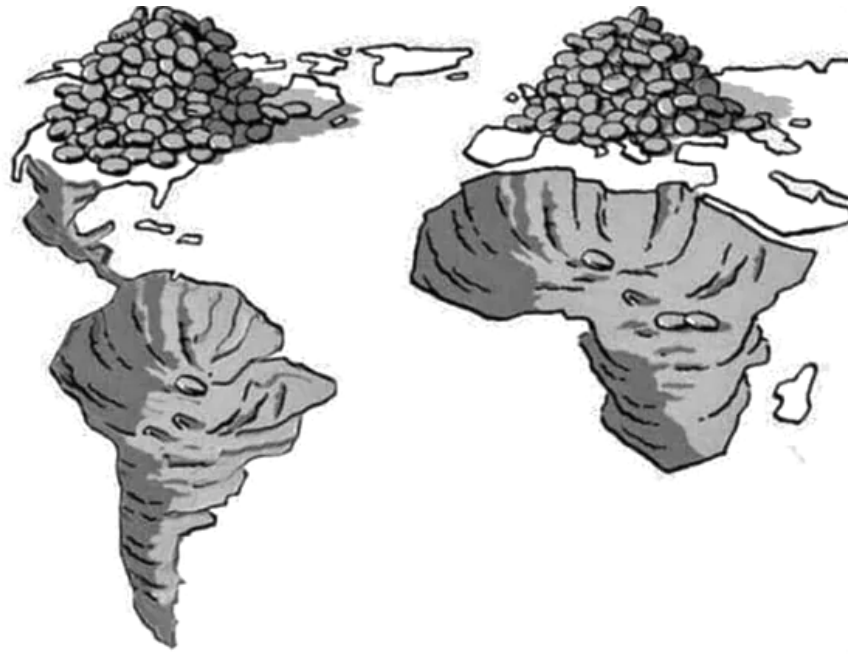
Dia 17 de janeiro os países do Mercosul assinaram com a União Europeia um acordo comercial que vinha sendo costurado há 26 anos. Na prática consiste em uma drástica redução de tarifas de exportação, reduzindo-as em mais de 90%, dos produtos agrícolas/minerais do Mercosul para a União Europeia, o que tende a gerar um desabastecimento no países do Mercosul e o encarecimento desses produtos no mercado interno, e de produtos industrializados da União Europeia para os países do Mercosul, o que tende a quebrar a indústria nacional devido à dificuldade de competir com os produtos importados.

Os livros de Geografia há muitos anos justificam o “subdesenvolvimento” do Brasil baseando justamente nessa “balança comercial desfavorável”. O aprofundamento do modelo do capitalismo dependente, reforçando o caráter agroexportador do Brasil em meio a um processo que tende ainda mais a reprimarização de nossa economia, é consequência inerente a esse acordo comercial.

A comemoração do governo Lula, que classificou o acordo como uma “vitória do diálogo, da democracia e da cooperação dos povos” e do PT que afirmou que é uma “renovação da esperança no multilateralismo”, vem juntinho com a comemoração do agronegócio, que foi o maior beneficiado. O senado, na figura de Teresa Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura de Bolsonaro, Nelsinho Trad (PSD -MS), da bancada ruralista e Rogério Carvalho (PT-SE), líder do governo no senado, afirmaram que a prioridade é a aprovação

do acordo comercial assinado em janeiro. O fortalecimento do agronegócio é, como já denunciávamos no jornal Amigo do Povo, uma política desse governo, que além de aprovar o maior Plano Safra da história se empenhou com bastante afinho para a assinatura desse acordo.

As consequências para o povo brasileiro são muitas, afinal o fortalecimento do agronegócio é inerente ao aumento dos conflitos no campo, disputas de terras, da desapropriação de pequenos camponeses, a paralisação de demarcação de terras indígenas e quilombolas, da reforma agrária e a falta de perspectiva de postos de trabalho na cidade. E, além disso, o fortalecimento do agronegócio e da mineração é fundamentalmente o aprofundamento de um modelo predatório do ponto de vista ambiental. Ou seja, há uma desconexão severa entre discurso e prática, o governo que se arroga da defesa da pauta ambiental e social é o mesmo que coloca nossas florestas, águas, e povos em risco para garantir o lucro dos já poderosos marajás do agronegócio e da mineração. O governo que diz estar de mãos atadas para mudanças estruturais por conta de um congresso “reacionário” é o mesmo que da poder e dinheiro para esses parasitas.



O que mais assusta é o silêncio dos ditos “bons”. Os petistas abobalhados comemoram acriticamente o acordo, os grandes movimentos sociais (MST, Via Campesina, CUT, entre outros) soltam tímidas notas de repúdio. Esse acordo não deixa nada a desejar a ALCA! Há 26 anos atrás estávamos justamente rejeitando a ALCA! E, hoje, não há nenhuma movimentação para fazer o básico: convocar intensas mobilizações contra a implementação de tal acordo! Assim como os agricultores da União Europeia que protestaram contra o acordo lá, devíamos nos unir aqui também, afinal, nós trabalhadores do Mercosul ou da União Europeia seremos severamente prejudicados em prol do lucro dos poderosos. ■

Caso Epstein | Contra a barbárie do poder burguês

■ *Força Ação Revolucionária (Chile)*

“(…) Na sexta-feira, 30 de janeiro, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos publicou mais de 3 milhões de documentos, 2.000 vídeos e 180.000 imagens associadas ao denominado “Caso Epstein”.

O Caso Epstein apresenta-se como um novo lembrete do poder da burguesia e dos seus representantes políticos e legais, e da sua podridão moral.

Seja na qualidade de acobertadores, “clientes” ou contatos próximos, diversas figuras públicas de diferentes países como Bill Clinton, Bill Gates (Microsoft), Peter Thiel (Palantir), William Burns (CIA), Elon Musk (Tesla), Noam Chomsky, Sarah Ferguson ou Donald Trump foram nomeadas nos arquivos de Epstein.

A imprensa mercenária, especialmente a norte-americana, apressou-se a encobrir, minimizar e omitir a cobertura ampla e detalhada deste caso, apesar de se tratar de uma das tramas de tráfico e exploração mais extensas e documentadas das últimas décadas. Por outro lado, o mal chamado “sistema judicial” norte-americano encerrou o caso, garantindo a impunidade dos responsáveis e negando justiça às vítimas.

A justiça burguesa não existe para julgar a sua própria classe, existe para protegê-la. Os aparatos do Estado Burguês operam como um único aparelho a serviço da dominação de classe.

Apesar da gravidade e os detalhes aberrantes do caso não resistem a qualquer defesa, nem política nem moral, o que é verdadeiramente alarmante é a naturalização desta barbárie. Perdemos a sensibilidade perante o horror porque a burguesia conseguiu impor a sua desumanização como norma.

A classe dominante, na sua fase de decadência histórica, não só explora e saqueia: corrompe, degrada e destrói sem limites, tanto material como subjetivamente, corroendo a consciência, a sensibilidade e desumanizando as massas.

(…) A tarefa dos revolucionários é recuperar a sensibilidade e a capacidade de indignação perante a barbárie estrutural do capitalismo e colocá-las a serviço da organização e da luta consciente. Essa sensibilidade só adquire sentido político quando se transforma em força organizada, em disciplina militante e em convicção histórica.

A barbárie capitalista não pode ser reformada nem humanizada, só pode ser superada mediante uma revolução, através da derrota histórica da burguesia como classe e do desmantelamento de todos os seus aparatos de dominação política, econômica e ideológica.”

* Esse texto foi escrito pelos camaradas da FAR (Chile) e traduzido por Maradona, militante do GLP. Aqui publicamos alguns trechos, mas o texto completo pode ser lido em: www.oamigodopovo.noblogs.org

“Capitalismo com características chinesas”: o Polo Industrial Sol Nascente em Águas Lindas de Goiás

Érico

A prefeitura de Águas Lindas de Goiás iniciou em julho de 2024 a construção do Polo Industrial Sol Nascente em Águas Lindas de Goiás, acompanhado de um aeroporto para vôos comerciais. A obra representa muito mais do que um empreendimento local; é a materialização da estratégia da expansão geopolítica chinesa no coração do Brasil. Anunciado como uma “porta de entrada” para dezenas de empresas de tecnologia e logística da China, com investimentos bilionários, o projeto mascara, sob o discurso do desenvolvimento, uma profunda reconfiguração das dependências econômicas e do controle sobre infraestruturas críticas, além da grande disparidade entre as infraestruturas planejadas e o cotidiano de dificuldades que a população enfrenta. Esta iniciativa não é um fato isolado, mas um capítulo calculado da Iniciativa do Cinturão e Rota, que transforma a América Latina de mero fornecedor de commodities em plataforma integrada às cadeias globais comandadas por Pequim.

O contexto revela uma ofensiva metódica. A China já controla setores energéticos, de infraestrutura pesada e digital no país, e agora avança sobre a logística e a indústria de ponta. O Polo Sol Nascente, ancorado em mecanismos como o ITEC – Canal Expresso Brasil-China, pretende ser um nó estratégico para consolidação desse domínio no Centro-Oeste. A “Quadra Chinesa” deverá abrigar dezenas de empresas, complementada por um aeroporto de cargas de R\$ 500 milhões, criando um corredor logístico autônomo que servirá prioritariamente ao escoamento da produção asiática.

Por trás desta fachada de modernidade, opera-se um arranjo institucional questionável. O projeto é viabilizado pela CODEAL

– Companhia de Desenvolvimento de Águas Lindas, uma empresa de economia mista controlada pela prefeitura, que utiliza um terreno público supervalorizado como capital e tem a anuência para atuar desde a desapropriação de terrenos à operação do aeroporto quando ele finalizado. Essa estrutura, com governança centralizada no poder executivo local, atua como um atalho que minimiza o controle social e a transparência, convertendo patrimônio público em base operacional para interesses geopolíticos estrangeiros. A agilidade do capital privado é assim vestida com a legitimidade do poder público local.

As contradições gritantes entre o projeto faraônico e a realidade local expõem seu caráter excludente. Enquanto se planejam aeroportos de última geração e corredores de alta tecnologia para mercadorias, Águas Lindas permanece assolada pela ausência crônica de saneamento básico, esgoto a céu aberto e alagamentos. A promessa de empregos de qualidade se esvai diante do histórico de precarização laboral em obras chinesas no país, e a especulação imobiliária afeta comunidades, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

O Polo Sol Nascente simboliza um modelo perverso de desenvolvimento subordinado e dependente. Longe de representar uma cooperação soberana entre iguais, ele consolida uma relação neocolonial, onde o povo e o território brasileiro e sua infraestrutura são instrumentalizados para a acumulação de capital estrangeiro. O projeto reproduz assimetrias históricas: extrai recursos públicos e potencial logístico, oferecendo em troca externalidades sociais e ambientais, aprofundando a dependência e fortalece a superexploração, dessa vez chamada de parceria estratégica. ■



Nem EUA/OTAN nem China/Rússia, operários e camponeses contra o capital-imperialismo!

APRESENTAÇÃO DO COLETIVO DE APOIO AOS MOVIMENTOS POPULARES – GUILHERME IRISH (GOIÂNIA)



O Coletivo de Apoio aos Movimentos Populares – Guilherme Irish nasce da necessidade concreta de organização popular combativa em uma sociedade marcada pela desigualdade, pela exploração do trabalho e pela marginalização da maioria do povo. Em Goiânia, como em todo o país, a população pobre das periferias, das ocupações urbanas, a população em situação de rua e os catadores de materiais recicláveis são os que mais trabalham e produzem riqueza, mas permanecem excluídos das decisões e dos benefícios sociais. É diante dessa realidade que o coletivo se constrói, com o objetivo de fortalecer a luta direta e a autonomia dos movimentos populares, ao lado daqueles que vivem diariamente os efeitos mais brutais da ordem burguesa.

Nossa atuação parte da compreensão de que nada virá de cima. Nenhum governo, partido ou instituição resolverá os problemas estruturais enfrentados pelo povo trabalhador. Toda conquista real nasce da união, da organização de base e da luta coletiva. Por isso, o Coletivo Guilherme Irish atua com apoio mútuo, formação política, ação direta e solidariedade de classe, contribuindo para que os próprios movimentos sejam protagonistas de suas decisões, estratégias e rumos.

Um eixo central do coletivo é o apoio à organização da população em situação de rua e dos catadores de rua, setores historicamente criminalizados, explorados e invisibilizados. O coletivo contribui na construção de assembleias populares, atividades de formação política, cine-debates, ações de arrecadação e iniciativas de autonomia financeira, sempre respeitando o protagonismo dos movimentos e atuando sem tutela, sem direção externa e sem substituí-los em suas decisões.

Os princípios que orientam o Coletivo Guilherme Irish são a autogestão, com decisões coletivas e independentes; o apoio mútuo, fortalecendo a luta de forma solidária; a ação direta, como método central de conquista; a independência de classe, sem subordinação a governos, partidos ou ONGs; e o compromisso classista, atuando ao lado do povo, sem conciliação com projetos que apenas administram a miséria e desviam a luta de suas raízes.

Além disso, o coletivo desenvolve ações de educação popular e formação política, apoio técnico, logístico e jurídico, mutirões, campanhas solidárias e trabalho de memória e comunicação popular, compreendendo que a luta material deve caminhar junto com a organização, a consciência e a construção do poder popular.

O Coletivo Guilherme Irish se organiza de forma autônoma, por meio de grupos de trabalho e avaliações coletivas, assumindo responsabilidades reais e construindo apenas aquilo que pode sustentar na prática. Seguimos firmes na luta pela construção de um povo organizado, consciente e capaz de decidir sobre sua própria vida. Nada virá de cima. Pelo povo e com o povo. Nós por nós. ■

21 DE ABRIL: REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES

■ Maradona

Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), conhecido como Tiradentes, lutou pela emancipação da capitania de Minas Gerais, sendo parte fundamental do ciclo histórico de lutas emancipacionistas na América Portuguesa do final do século XVIII. Tido como um inconfidente, ou seja, um traidor, Tiradentes foi “resgatado” pelo republicanismo ao final do século XIX e elevado a líder nacional durante a república brasileira, inclusive pela Ditadura Militar, evidenciando a disputa ideológica e memorial sobre sua figura legendaria.

O líder circulava entre diversos setores da sociedade por meio de sua primeira profissão, dentista (daí a alcunha “Tiradentes”). Ao contrário do que popularmente se acredita, não era um sujeito pobre, sendo sua família proprietária de terras com boas condições financeiras. De dentista, tornou-se tropeiro, realizando viagens pelo Brasil, o que aguçou seu olhar para o país. Foi aceito no serviço militar em 1775, durante o qual, atuou na mineração.

Influenciado pelo republicanismo norte-americano (até então revolucionário, ainda que limitado), sua perspectiva para o desenvolvimento regional e independência é clara, como nos evidencia Kenneth Maxwell (1973): “*elogiava a beleza de Minas e apontava seus recursos naturais como os melhores do mundo [...]. Livre e republicano, como a América inglesa, o Brasil poderia ser ainda maior; dizia ele, por ser melhor dotado pela natureza. Criando-se indústrias [...] não haveria necessidade de importar mercadorias estrangeiras*”. Segundo Tiradentes, a razão da pobreza do país, apesar de todas as suas riquezas era “*só porque a Europa, como uma esponja, lhe estivesse chupando toda a substância, e os Exmos. Generaes de tres em tres annos traziam uma quadrilha, a que chamavam creados, que depois de comerem a honra, a fazenda, e os officios, que deviam ser dos habitantes, se iam rindo delles para Portugal*”.

A resposta de Portugal foi implacável: contando com a delação premiada de Joaquim Silvério dos Reis, Tiradentes foi enforcado e esquartejado, tendo seus membros espalhados por Minas Gerais. Mas morreu com convicção, sem renunciar à Conjuração Mineira. Não cabe a nós, aqui, analisar sua representação histórica, mesmo sabendo de sua “cristianização”. Nosso ponto principal é: como Tiradentes pode ser visto, mais de dois séculos depois, como um exemplo de luta e transformação social?



Temos dois exemplos interessantes. Francisco Julião, influenciado pela Revolução Cubana, lançou no dia 21 de abril de 1962, em Ouro Preto (MG), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), com o propósito de alinhar as Ligas Camponesas com grupos de esquerda. Em que pesem as críticas à Julião e Clodomir Moraes como lideranças do movimento e das guerrilhas camponesas, podemos não só extrair daí elementos para a reflexão sobre o movimento socialista atual, mas principalmente valorizar a tentativa de revitalizar lideranças populares nacionais e de penetrar no interior brasileiro, no Brasil profundo. Nos anos 1969-1971 foi criado o segundo MRT, que continha integrantes do primeiro grupo vinculado às Ligas. Uma afirmação de Julião, quando perguntado sobre se “sua linha” era Moscou, Pequim ou Havana, nos traz uma reflexão sobre a necessidade da “linha brasileira” de nossa revolução: ele afirmou “*sou linha Sapé*” (MORAES, 2011).

Portanto, resgatar Tiradentes não é afirmar a república atual, mas sim reafirmar que ainda somos colonizados, não alcançamos nossa independência enquanto povo e que, portanto, através dos exemplos históricos de nosso país, seguiremos na luta para honrá-los, desenvolver e aprimorar seus projetos para a coletividade brasileira. Resgatemos Tiradentes como mártir da luta pela liberdade, em uma república que não se concretizou enquanto tal, transformando propositalmente sua luta republicana, coletivista, que hoje só pode ser socialista, patriótica e revolucionária.

Como afirmou Machado de Assis (1865) sobre Joaquim José da Silva Xavier: “*os deuses podem aprazer-se com as causas vencedoras: aos olhos do povo, a vitória não deve ser o criterium da homenagem*”. ■

Proletariado marginal

OS CATADORES DE RUA PRECISAM SE ORGANIZAR!



■ Jiren D.

Os catadores de rua de Goiânia - os carrinheiros - vivem uma dura realidade de trabalho pesado e invisibilizado. Diariamente enfrentam sol forte, chuva, longas jornadas, carrinhos excessivamente pesados, riscos constantes de acidentes e o preconceito social. São trabalhadores fundamentais para a cidade e para a preservação ambiental, mas tratados como descartáveis pela ordem capitalista.

Apesar do esforço extremo, a maioria dos catadores de rua recebe muito pouco pelo material coletado. Isso ocorre porque trabalham subordinados aos atravessadores, os chamados “deposeiros”, que lucram em cima do suor desses trabalhadores. Esses atravessadores impõem preços aviltantes, descontos abusivos pelo uso de carrinhos e balanças manipuladas, mantendo os catadores em uma situação permanente de exploração e dependência.

Em vários casos já denunciados pela imprensa, inclusive pela televisão, há depósitos funcionando em condições análogas à escravidão. Catadores são impedidos de receber em dinheiro, sendo obrigados a aceitar pagamento em drogas, vales ou mercadorias, aprofundando a vulnerabilidade social e a violência cotidiana. Trata-se de uma relação brutal de exploração, sustentada pela ausência de direitos, fiscalização conivente e abandono do poder público.

Diante dessa realidade, a saída não virá de cima. A principal alternativa para os catadores de rua é a união e a organização coletiva. A construção de cooperativas autogestionárias é um caminho fundamental para romper com os atravessadores, permitindo que os próprios catadores controlem a venda do material reciclável, melhorem suas condições de trabalho e aumentem o valor recebido pelo que produzem.

Nesse sentido, o Grupo Libertação Popular, em conjunto com o Coletivo de Apoio aos Movimentos Populares – Guilherme Irish, vem iniciando um trabalho de base com assembleias junto aos catadores de rua da região do Jardim América. O objetivo é fortalecer a organização coletiva e avançar na construção da COOPRUA – Cooperativa dos Catadores de Rua, como instrumento de luta, autonomia e busca por uma vida digna para esses trabalhadores.

Por isso, chamamos todos os amigos do povo a apoiar essas iniciativas, contribuindo com solidariedade, divulgação e participação. Fortalecer a organização dos catadores de rua é fortalecer a luta popular. Ir ao povo, construir com o povo, por luta, resistência e organização! ■

Superar o doutrinarismo, avançar na luta popular revolucionária

Antônio Galego

“Eu sou brasileiro. Eu sou o que a prática revolucionária realizada no contexto brasileiro fez de mim. Nós seguimos nosso próprio caminho e se chegamos à pontos de vista iguais aos de Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Guevara, etc., não foi pelo nosso desejo.” (Carlos Marighella)

Nos últimos anos presenciamos diversos rachas nas organizações de esquerda, reformistas e revolucionárias. Esse é mais um sintoma da crise atual da classe trabalhadora. É um fato que as organizações combativas e anti-governistas apresentam limitações para responder (na teoria e na prática) à situação atual, levando à rachas e conflitos internos. O projeto petista também tem dificuldade em responder às suas próprias contradições. Por isso a crise é generalizada e a busca por respostas (aonde ir e o que fazer) é uma constante.

Uma primeira característica do que chamamos doutrinarismo é a ideia de buscar uma fórmula teórico-ideológica que seja pura e que esteja perdida em algum momento, lugar ou pessoa do passado e que nós devemos descobrir. É como se os problemas fundamentais da revolução brasileira já tenham sido resolvidos em outro tempo-espço, basta a gente ter acesso a essa verdade, a esse modelo.

No geral, trotskistas, anarquistas e maoistas são os mais doutrinários. A subjetividade defensiva fruto de uma experiência histórica traumática no século XX, de posições traídas, reforça a vigilância e apego ao “caminho correto” desvirtuado. A cada nova ruptura, a promessa de “erradicar o revisionismo” e reconstruir o “verdadeiro” partido da revolução. E assim vão acumulando tantas correntes e sub-correntes, com base em interpretações distintas das “escrituras”, mas que, ao fim e ao cabo, são usadas para justificar as posições políticas concretas mais díspares (frente ao governo, à luta sindical, etc.).

Assim, reencontrar o “elo perdido” da teoria marxista ou anarquista; o erro de análise de tal ou qual processo ou líder histórico do outro lado do mundo, há 200 anos; transformar essas posições de ódio ou amor às revoluções e revolucionários passados mais do que fontes de inspirações e aprendizados em rugas estereis descoladas da realidade concreta atual, se torna uma verdadeira obsessão (quando não um pasatempo) em uma esquerda que perdeu o mais importante: vínculos reais com a massa trabalhadora, seus dilemas concretos, sofrimentos e esperanças de futuro.

O debate estratégico e programático da revolução brasileira é contaminado assim com o doutrinarismo, desviando a atenção para modelos pré-fabricados constituídos em experiências passadas e em outros países, impedindo o desenvolvimento de um autêntico movimento revolucionário brasileiro, que esteja aberto para a formulação, de

baixo para cima, de uma nova estratégia e programa, de uma nova práxis política, socialista e revolucionária, mas com os pés bem firmes no chão, no presente, e um olhar para o futuro do nosso povo.

Assim, nós vemos que o problema principal não é a quantidade de agrupamentos políticos em si, mas o afastamento das massas e o método e a forma de pensar sectária de cada um deles. Todos “tem o rei na barriga”. A reunificação organizacional dos revolucionários brasileiros poderá ser melhor alcançada com o enfrentamento desse problema político de fundo.

Uma outra característica importante do doutrinarismo é a elevação da luta de ideias, de quem tem “razão”, a um plano superdimensionado da luta de classes (e mais ainda com as redes sociais). Por exemplo, está na preocupação doutrinária de trotskistas e anarquistas a “questão democrática” da luta classista e da revolução. É certo que existe um momento de formulações e disputas programáticas, teóricas, etc. Mas a revolução não é um torneio literário, como disse Bakunin e, depois, Mao. A radicalização democrática (graus e níveis de autogestão econômica e de poder popular) de um processo revolucionário real, dependerão fundamentalmente de: 1) capacidade técnica e política de amplos setores das massas trabalhadoras (indústria, agronegócio, transportes, comércio, etc.), capazes de gerir e reorganizar sistemas de produção e distribuição sobre novas bases; 2) inserção de uma vanguarda em frações estratégicas do proletariado que garanta poder real em uma situação insurrecional e pós-revolucionária.

Na hora suprema da revolução importará pouco se o “conceito” usado para determinar a forma política será Governo, Estado ou Confederação; ou os melindres filosóficos sobre o Ser e o Nada; ou as modas acadêmicas e as novas palavras inventadas nas universidades. Os fatos são e serão todo-poderosos. A direção de um Programa e Estratégia da Revolução Brasileira, a Força Militar e a Força de Massas serão os elementos decisivos para determinar o caráter e a profundidade das transformações revolucionárias em âmbito econômico, político e social.

Isso não significa, obviamente, rejeitar a teoria e a ideologia, mas rejeitar a sua deturpação pelo doutrinarismo. Este se sustenta em uma



mistificação, de “uma” teoria revolucionária e “um” partido revolucionário. Mas a história desmente isso. Todos os processos concretos levaram à formação de frentes e alianças, assim como dialeticamente, disputas, inovações e colaborações de teorias e práticas políticas distintas para a vitória do processo. Nenhum processo revolucionário vitorioso foi copiado com sucesso em qualquer parte do mundo. A busca de “modelos de sucesso” não resolve o nosso problema.

Por fim, se rejeitamos o doutrinarismo, como evitar o ecletismo e o pragmatismo dissolvedores e estereis? Nós devemos ter posições intransigentes sobre aquilo que merece firmeza. De nada adianta gastar rios de tinta sobre os soviets e a burocratização stalinista e terminar no colo de Haddad e Lula. É necessário sim forjar um método, um programa e uma estratégia, ter linha política, de massas e militar, ter análise da realidade. A experiência histórica acumulada de lutas do povo brasileiro e do proletariado internacional, assim como das correntes revolucionárias e socialistas, devem ser guias e ensinamentos, mas não dogmas e manuais. Cada revolução é única em sua forma e conteúdo.

Superemos o cômodo papel de coadjuvante dos doutrinários. Assumamos com seriedade todos os riscos e desafios da luta pela libertação popular no Brasil. Lutar e vencer. ■